

REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS RURAIS SERTANEJAS: EXPERIÊNCIAS DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES 'RESGATANDO SUA HISTÓRIA'

Tatiana Frey Biehl Brandão¹

Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa²

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco³

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a lógica adotada pelas famílias rurais sertanejas sergipanas para sua reprodução socioeconômica. Como Universo de Pesquisa tem-se a Associação das Mulheres 'Resgatando Sua História', localizada no município de Porto da Folha, Alto Sertão de Sergipe. Esta Associação foi criada em 2003 e registrada em 2007 e atualmente é composta por 17 mulheres rurais. Nesta pesquisa foram estudadas 8 mulheres integrantes da referida Associação. Metodologicamente, optou-se por uma abordagem quanti-qualitativa. Além da revisão bibliográfica utilizou-se de pesquisa documental, entrevistas (com questionário semiestruturados), observações diretas, anotações no diário de campo e documentação fotográfica. Concluiu-se que apesar das limitações apresentadas pelas associadas (pequenas propriedades, condições endofoclimáticas e ecológicas desfavoráveis, dificuldades no acesso à água e assistência técnica, por exemplo) estas organizaram lógicas reprodutivas socioeconômicas que lhes geram níveis satisfatórios de qualidade de vida. Estas lógicas, possuem como elemento estruturador a prática das atividades agrícolas, contudo, sendo complementadas pelo desenvolvimento de atividades não-agrícolas. Isto possibilitou formas diferenciadas e importantes para a obtenção de renda, a partir de fluxos contínuos de obtenção de rendas monetárias (por meio da venda de produtos e serviços) e não-monetárias (principalmente por meio do autoconsumo dos produtos e serviços). Finalmente, se destacam como elementos-chaves, para a organização das lógicas reprodutivas socioeconômicas, a organização social das mulheres em torno da questão de gênero e o desenvolvimento de sistemas de produção agropecuário e agroindustrial alicerçados nos princípios da agroecologia.

Palavras-Chave: Agricultura familiar; Reprodução socioeconômica; Mulheres rurais; Associativismo; Agroecologia.

¹ Contadora, Doutoranda em Engenharia Agrícola pela FEAGRI/UNICAMP. Professora no Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas.

² Economista, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pelo PPGMADE/UFPR. Professor no Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas.

³ Agrônoma e Economista, Doutora em Agronomia pela UNESP. Professora Titular da Universidade Estadual de Campinas.

1. Introdução

Observa-se no rural brasileiro, nas últimas décadas, a emergência ou reestruturação de uma visão diferenciada, que percebe o ambiente rural como um espaço construído a partir de relações socioambientais e que leva em consideração os anseios dos diversos atores e grupos sociais, assim como, tende a potencializar sua capacidade empreendedora e gerencial. Estes anseios, por sua vez, perpassam o âmbito da produção agrícola manifestando-se por meio da busca por: qualidade de vida, conservação ambiental, desenvolvimento de novas atividades econômicas, valorização da identidade cultural, dentre outros.

Além disso, Gazolla (2009) afirma, que quando a lógica produtiva não contempla as diferentes formas de vida existentes no rural, conduz os agricultores a uma situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade econômico-financeira decorrente do fato de que a redução no autoconsumo representa uma elevação nos gastos financeiros, proveniente da demanda da família por alimentos comprados no mercado.

Ocorre ainda, que esta lógica produtiva gera uma vulnerabilidade ecológica para os agricultores, uma vez que a pressão sobre o sistema produtivo para a maximização da produtividade tende a degradar ecologicamente os agroecossistemas, que passam a depender excessivamente de insumos químicos externos aos estabelecimentos rurais como uma forma de manter ou ampliar os níveis de produção agropecuária.

Além disso, no âmbito desta lógica produtivista, um grande contingente de agricultores familiares fica vulnerável socioeconomicamente, pois caso não consiga elevar sua produtividade e/ou reduzir seus custos de produção tende a entrar numa situação de empobrecimento, podendo ainda ser excluído dos circuitos comerciais.

Por outro lado, vem se fortalecendo no ambiente rural novas forma de reprodução socioeconômica e para o desenvolvimento das famílias rurais atreladas aos pressupostos da agricultura sustentável. Neste sentido, a agroecologia emerge como uma alternativa de resistência frente as vulnerabilidades socioeconômicas enfrentadas por pequenos agricultores e impostas pela lógica produtivista oriunda da Revolução Verde.

A agroecologia, ainda, apresenta elementos importantes para o desenvolvimento rural que busque ser sustentável, uma vez que não está restrita a questões envolvendo apenas retornos econômicos. Outras dimensões são importantes e devem ser contempladas para que seja proporcionado, de fato, melhoria das condições de vida das famílias rurais. Assim, as propostas de desenvolvimento rural devem conter racionalidades que perpassam a de cunho econômico, de forma a observar os territórios de vida onde estão localizadas as famílias rurais e seus estabelecimentos rurais. Também, devem contemplar as demandas imateriais das famílias rurais.

Neste contexto, a agroecologia abre espaço para a construção de uma lógica reprodutiva socioeconômica no ambiente rural mais atreladas as particularidade e características das famílias rurais, dos grupos sociais e dos territórios. Deste modo, os princípios da agroecologia podem constituir-se numa alternativa para o ambiente rural da Região do Alto Sertão Sergipano, uma vez que este território possui diversas restrições ecológicas e limitantes sociais e econômicas que tende a inviabilizar a reprodução socioeconômica das famílias rurais. Ocorre ainda, que a agroecologia proporciona elementos que podem gerar um ambiente propício para a melhorias das condições de vida das famílias rurais do Alto Sertão Sergipano, atrelado ao uso eficiente dos capitais existentes nos estabelecimentos rurais.

Diante deste cenário, a agroecologia constitui-se numa lógica importante e que deve ser adotada pelas famílias rurais sertanejas sergipanas para sua reprodução socioeconômica. Também constitui-se num elemento importante para o empoderamento das mulheres rurais sertanejas, pois como expõe Henn (2013, p. 82):

As mulheres afiliadas ao projeto de vida na agroecologia, com a diversidade de cultivos e atividades, agregam, na geração de renda, parte do valor, não apenas monetário, mas também de prestígio relativo, no sentido de que recolocam, nos diversos espaços, ‘produtos’ originários de seus saberes. Os pães, as bolachas, as geleias, os congelados, todos esses produtos contribuem nos projetos de vida, gerando renda, e, na dimensão da produção, ocupam outros espaços, valorizados por constituírem o universo de diversificação nas UPVFs, momento em que surgem novos horizontes de produção, trabalho e identificação por parte das mulheres.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a lógica adotada pelas famílias rurais sertanejas sergipanas, especificamente pelas mulheres rurais, para sua reprodução socioeconômica.

2. Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa tem uma abordagem quantitativa e também qualitativa e possui como Universo de Pesquisa as integrantes da Associação das Mulheres ‘Resgatando Sua História’, localizada no município de Porto da Folha, Alto Sertão de Sergipe. Esta Associação foi criada em 2003 e registrada em 2007. Atualmente é composta por 17 mulheres rurais e se destaca pela organização social em torno da questão de gênero e pelo desenvolvimento de sistemas de produção agropecuários e agroindustriais caracterizados como agroecológicos.

Para o desenvolvimento desse trabalho, além de uma revisão da literatura pertinente ao tema, no segundo semestre de 2015 foram realizadas visitas ao povoado de Lagoa da Volta, especificamente à Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ e a algumas propriedades rurais das associadas, para o reconhecimento da área de estudo, sendo concretizadas observações diretas, anotações no diário de campo, documentação fotográfica da área, e áudio de 8 entrevistas com as mulheres associadas, onde foram utilizados questionários semiestruturados. Para a caracterização das associadas foi realizada pesquisa documental, análise e tabulação das fichas cadastrais de todas as associadas em abril de 2018.

3. Região do Semiárido Nordestino, Desenvolvimento Rural e Agroecologia

3.1. Região do Semiárido Nordestino e Desenvolvimento Rural

Em 2005, o Ministério da Integração Nacional, através de um Grupo de Trabalho Interministerial e por meio da Portaria nº 89, para fins administrativos, instituiu uma nova delimitação geográfica para o semiárido brasileiro, tendo como critério os seguintes fatores: “1. precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; 2. índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; 3. risco de seca ou prolongamento da estação seca, de um ano para outro, maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990” (PEREZ-MARIN; SANTOS, 2013, p. 15).

A Região do Semiárido Brasileiro é composta por 1.135 municípios situados nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe (na Região Nordeste) e Minas Gerais (na Região Sudeste), abrangendo uma área territorial de 980.133,07 km². Sua extensão territorial corresponde a 56% da Região Nordeste. O Semiárido possui uma população de 22.598.318 habitantes, representado 11,85% da população do país e 43% da população da Região Nordeste. Além disso, 51% desta população é do sexo feminino, sendo ainda que 62% da população é caracterizada

como urbana. Outra característica da região é a escassez de chuvas, onde fica-se de 6 a 11 meses sem ocorrência de chuvas por ano (PEREZ-MARIN; SANTOS, 2013).

A Região do Semiárido Brasileiro, em 2006, contava com 1,7 milhões de estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 49,5 milhões de hectares, sendo que 89% dos estabelecimentos rurais eram caracterizados como familiar, contudo, detinha apenas 43% das terras agrícolas da região, conforme expõe o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O bioma predominante é o da Caatinga, que ocupa uma área de 734.478 km², sendo este um bioma exclusivamente brasileiro, ou seja, um patrimônio biológico brasileiro, conforme expõe Luzineide Carvalho (2012). Brasil citado por Luzineide Carvalho (2012, p. 81), expõe que os estudos sobre a biodiversidade da Caatinga estimam que já foram identificados 3.678 espécies vegetais e animais, sendo que, pelo menos, 1.981 espécies vegetais foram registradas, ao tempo que 318 espécies são endêmicas. Além disso, já foram registradas 510 espécies de aves e 167 espécies de répteis e anfíbios, além de outros animais raros e/ou endêmicos.

Desta forma, apesar das condições de semiaridez, esta região possui uma importante diversidade ecossistêmica e agroecossistêmica, fato este que contrapõe a visão, ainda existente na literatura, bem como para algumas instituições públicas e privadas, de que o semiárido é um local marcado por uma vegetação estéril, com uma biodiversidade pobre e um ambiente hostil, além de ser considerado um local de exclusão social, econômica, ecológica e territorial, no qual sobrevivem de maneira precária seus habitantes (CARVALHO, LUZINEIDE, 2012). Ao contrário, apesar de suas limitantes ecológicas, a Região do Semiárido possui uma importância socioambiental para o Brasil e, especialmente, para o Nordeste brasileiro. Lugar onde há uma vasta diversidade cultural, produtiva, ecológica e de tempos e modos de vida, que ficam, de certa maneira, invisível para muitas instituições públicas de pesquisa, fomentos e assistência técnica.

Neste sentido, o baixo estímulo que algumas instituições públicas atuantes no rural dão a Região do Semiárido Brasileiro, corrobora com a fala de Abramovay (2009, p. 100) quando afirma que:

[...] são as instituições que não cessam de transmitir aos atores locais a idéia de que o mais curto caminho para a emancipação da pobreza é migrar. Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios [...]. O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas as protagonistas centrais da construção dos novos territórios.

Ocorre ainda, que grande parte das instituições públicas de pesquisa, fomento e assistências, assim como, a sociedade atribuem a seca quase que toda responsabilidade pelo baixo nível de desenvolvimento, principalmente, econômico da região, ao ponto de por muitas décadas as políticas de desenvolvimento no semiárido terem como bandeira o combate à seca, ao invés de se buscar a convivência com a seca e, desta forma, construir e organizar as ferramentas necessárias a melhoria da qualidade de vida da sociedade local a partir da biodiversidade e do conhecimento existentes na região.

Assim, as políticas públicas e de desenvolvimento para o semiárido devem ser contextualizadas, de maneira a observar, dialogar e atender às demandas social, econômica, culturais e ecológicas locais (CARVALHO, 2009). As políticas e os programas de desenvolvimento para o rural, no semiárido, devem ter como prioridade

[...] a população do meio rural e sua grande parcela de agricultores familiares, como protagonistas centrais da construção dos seus

territórios de vida, re-organizando o uso de seus espaços e os elementos do cotidiano, como é o caso da água, cujo acesso tem se ampliado pela construção das cisternas de placas para captação das águas das chuvas, promovendo o abastecimento de água potável para as populações rurais (CARVALHO, 2009, p. 87).

Ocorre que, principalmente, na última década os planos de desenvolvimento para a Região do Semiárido, especificamente no que concerne ao desenvolvimento rural, passaram a deter como elemento balizador a proposta de Convivência com: o clima, a vegetação, a biodiversidade, a diversidade cultural e econômica existente no local. Trazem ainda, em seu bojo, concepções inerentes às propostas de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local, ancoradas na premissa da convivência entre o homem e a semiaridez, que por sua vez visa estimular a participação social e a aceitação e utilização das experiências acumuladas pela população do semiárido e que se revelaram exitosas na acumulação de água de chuva e a na produção de alimentos. Além disto, busca-se o desenvolvimento de novas tecnologias para: a captação e armazenamento de água de chuva, o manejo sustentado da caatinga, as tecnologias alternativas de produção, a educação contextualizada, entre outras estratégias. Além disso, busca-se obter equidade social, prudência ambiental, acesso aos direitos humanos, valorização local e territorial, etc. (CARVALHO, 2009; MOREIRA NETO, 2013).

Os discursos e as ações de convivência com o semiárido “[...] ainda coloca como imperativo para sua viabilidade a elaboração de uma identidade de gênero, na qual a ‘igualdade entre homens e mulheres’ seja percebida como a medida de promoção da sustentabilidade das relações sociais, políticas e culturais [...]” (MOREIRA NETO, 2013, p. 170). Assim, as mulheres devem ser vistas como sujeitos ativos do processo de desenvolvimento, para a melhoria da qualidade de vida da família e para o desenvolvimento dos sistemas produtivos nos estabelecimentos rurais familiares.

Diante deste contexto, observa-se que os pressupostos que balizam a convivência com o semiárido dialogam com o processo de transformação, por qual vem passando o ambiente rural. O rural caracteriza-se como um espaço cultural, social, ecológica e economicamente diverso, sendo composto por uma diversidade de ruralidades. A ruralidade, para Carneiro (2002, p. 235), apresenta-se como “[...] um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, a partir da incorporação de novos valores, hábitos e técnicas” no ambiente rural.

Pensar o ambiente rural a partir da perspectiva das ruralidades abre espaço para se repensar as alternativas de desenvolvimento rural, ampliando o leque de possibilidades para a melhoria das condições de vida da população local, abrindo espaços para que temas importantes sejam inseridos nas agendas de desenvolvimento rural, como: “[...] questões de gênero e geracionais, a soberania e segurança alimentar, os modelos agroecológicos, a problemática amazônica e as questões identitárias relativas aos povos indígenas e às comunidades rurais negras quilombolas [...]” (BONNAL; MALUF, 2009, p.72).

Além disso, a participação social, o empoderamento das mulheres, o protagonismo da juventude, o respeito à diversidade cultural e produtiva e a gestão dos recursos naturais, detém uma significativa importância para o desenvolvimento rural. Deste modo, o movimento da sociedade residente no rural torna-se cada vez mais dinamizador da vida local, “[...] na medida mesma em que é a fonte da configuração da paisagem, do uso e preservação dos recursos naturais e sociais e da intensidade da vida social local – e por outro lado, estabelece as formas de relacionamento com a cidade e com a vida pública, para além do espaço local” (WANDERLEY, 2009, p. 264).

3.2. Agroecologia e Semiárido Nordestino

Neste contexto, se insere a agroecologia como um sistema socioprodutivo que tende a gerar novas perspectivas para as famílias rurais, podendo ainda ser uma alternativa para a reprodução socioeconômica destas famílias, a partir da coevolução com a natureza e da valorização da identidade cultural local. Além disso, os princípios da agroecologia dialogam com os pressupostos da convivência com o semiárido, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento das capacidades empreendedoras das famílias rurais, bem como uma maior interação com a biodiversidade do semiárido.

Guzmán (2009, p. 29) explica que a agroecologia pode

[...] ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permitia projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismo de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e expropriadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implantação de sistemas de agricultura alternativa potenciadores da biodiversidade ecológica e sociocultural.

Para Almeida (2009, p. 176), a agroecologia

[...] propõe novas relações técnico-produtivas e sociais para a agricultura; que impõe, também, a prática de uma agricultura viável nos planos biológico, técnico, econômico, político e social. Mas seria inconcebível pensar em tais modificações sem a intervenção de modificações compatíveis em outros setores da sociedade. O objetivo final é, entretanto, uma agricultura ecológica, um ser humano autônomo e plenamente realizado e consciente, solidário como seus semelhantes e tomando atitudes de coabitação com a natureza [...].

Assim, a agroecologia busca criar um ambiente que perpassa a esfera do produtivo, culminando com a busca da realização dos projetos de vida das famílias rurais. Desta forma, não se almeja ter rendimentos econômicos crescentes ao longo prazo, ou acumular intensivamente capital, mas a concretização das demandas materiais e imateriais das famílias rurais. Contudo, este é um processo ainda em construção, mas que já apresenta alguns resultados positivos. Saquet *et al* (2010, p. 253) exemplifica bem isto quando expõe que

[...] São várias as conquistas conseguidas pelas famílias: maior autonomia, alimentação saudável, mercado consumidor garantido, bons preços pelos produtos, participação de associações, preservação de áreas de mata nativa, todas fundamentais na gestão do território de maneira multidimensional, isto é, considerando-se a preservação do ambiente, a valorização das identidades locais, a produção de alimentos saudáveis, a realização de atividades em parceria (redes sociais locais), o pequeno comércio e as condições ambientais de cada unidade produtiva e de vida familiar.

Além disso, a agroecologia é capaz de impulsionar processos sociais que gerem desenvolvimento ao ambiente rural, possibilitando um permuta de lógica, onde antes se buscava construir estratégias de sobrevivência, passa-se a buscar a construção de “[...] um projeto coletivo de desenvolvimento local ao atuar em diversas frentes para superar o

círculo vicioso da pobreza que mantém um contingente significativo de famílias excluído dos benefícios da produção social de riquezas e da vida cultural” (ALMEIDA *et al*, 2008, p. 22). Por sua vez, este projeto constrói-se a partir da conservação e coevolução da diversidade biológica silvestre com os sistemas produtivos (ALIER, 1998).

Para a região do semiárido a proposta trazida pela agroecologia proporciona a construção de um processo de desenvolvimento rural que contemple as particularidades locais, principalmente no que concerne: (i) a valorização da identidade cultural local; (ii) a gestão de agroecossistemas com diversas limitantes ecológicas, mas com um potencial produtivo, quando contemplada a biodiversidade local; e (iii) a busca por suprir as demandas materiais e imateriais das famílias rurais, possibilitando-as organizar seus projetos de vida mais alinhados a suas particularidades.

Para Paulo Carvalho (2012, p. 19), mesmo num contexto adverso como o do semiárido,

[...] os agroecossistemas desenvolvidos segundo princípios da Agroecologia têm demonstrado maior capacidade de resistir aos efeitos da seca. O manejo intensivo da biodiversidade e a estocagem de recursos (água, forragens, alimentos, etc.) proporcionam às famílias agricultoras um leque de alternativas para atravessar o período seco sem que tenham que desestruturar suas propriedades, o que muitas vezes significa recorrer à migração. Além de apresentarem melhores condições para enfrentar a seca, esses sistemas costumam possuir maior capacidade de recuperação com o início dos períodos de chuva [...].

Percebe-se assim, que no âmbito da convivência com o semiárido a agroecologia apresenta-se como uma alternativa importante para as famílias rurais, pois possibilitam uma melhor gestão dos recursos naturais e humanos a disposição nos estabelecimentos rurais, ao tempo que tende a dialogar melhor com as restrições ecológicas existentes no semiárido, uma vez que a agroecologia detém como princípio o respeito e a coevolução com a biodiversidade que compõe os agroecossistemas dos sistemas produtivos.

Além disso, a agroecologia possibilita o desenvolvimento de inovações técnicas, que são desenvolvidas localmente a partir do diálogo entre o saber técnico-científico e o saber tradicional do agricultor para responder problemáticas locais, ou gerar novas formas de fazer algum processo, ou para o desenvolvimento de novos produtos. Este ambiente inovativo acaba atraindo os jovens do rural a permanecer no campo e buscar novas formas de se desenvolver a partir dos seus estabelecimentos rurais.

Diante deste contexto a agroecologia emerge como uma alternativa para a melhoria das condições de vida das famílias rurais situadas no semiárido, proporcionando-as a capacidade para se desenvolver a partir dos limites e potencialidades social, econômica, cultural, política e ecológica existentes na região. Além disso, por meio dos preceitos oriundos da agroecologia, as famílias rurais percebem seus agroecossistemas como espaços de vida, local que ora se apresenta como *locus* produtivo, ora se apresenta como espaço de lazer, convívio familiar, etc. Assim, a agroecologia vem trazendo novas perspectivas de desenvolvimento para o rural.

3.3. Lógicas reprodutivas socioeconômicas das famílias rurais: diversificação produtiva, pluriatividade e rendas monetária e não-monetária

As múltiplas atividades socioeconômicas agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas no ambiente rural propiciam aos agricultores a possibilidade de obtenção diversificada e contínua no transcorrer de todo ano. Isto por sua vez possibilita, além de uma melhoria das condições socioeconômicas da família rural, a oportunidade dos agricultores obterem recursos financeiros que poderão ser utilizados para o reinvestimento no estabelecimento

rural e/ou para subsidiar o desenvolvimento de novas atividades produtivas no estabelecimento.

Assim, o atual processo de desenvolvimento rural deve ter como premissa basilar a busca por sistemas produtivos que combine “[...] o aspecto econômico (aumento do nível e da estabilidade da renda familiar), o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e o ambiental e que uma de suas trajetórias principais reside na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade)” (KAGEYAMA, 2008, p. 71).

Ocorre ainda que a diversificação produtiva possibilita que as famílias rurais obtenham ingressos de renda agrícola no decorrer de todo ano de forma mais homogênea, fato este que torna os estabelecimentos rurais familiares pluriativos menos vulneráveis e menos suscetíveis à falência, pois não sofrem (ou sofrem de maneira mais amena) os efeitos negativos quando há uma quebra de safra ou queda nos preços de uma ou mais culturas agrícolas ou criação animal, diferente do que se observa nos estabelecimentos rurais monoculturais (monoprodutivos) (VEIGA; EHLERS, 2003).

Esse aspecto auxilia o processo de desenvolvimento em sua tentativa em ser mais sustentável nos aspectos econômico e social, por sua vez, tende a exercer influência sobre os aspectos ecológicos, uma vez que ter os agroecossistemas conservados significa manter ou ampliar as fontes de rendas obtidas no curto ou longo prazo das famílias rurais.

Um fato interessante observado na reconfiguração da dinâmica socioeconômica do ambiente rural é que iniciativas produtivas voltadas à obtenção de rendas não-monetárias (transações mercantis em que não ocorrem o pagamento pela mercadoria com valores monetários – dinheiro) – autoconsumo e troca de produtos e realização de serviços – estão ganhando espaço e importância no debate em torno das estratégias de desenvolvimento da economia local e do ambiente rural.

Assim, as famílias rurais que manejam seus sistemas socioprodutivos por meio das práticas agroecológicas e/ou que exercem a pluriatividade, ou mesmo as que associam estas duas práticas produtivas, constroem uma lógica reprodutiva estruturada através de uma pluralidade de estratégias que se expressam tanto no desenvolvimento de múltiplas atividades socioeconômicas como nas múltiplas ocupações da força de trabalho familiar, sejam realizando atividades de cunho agrícola como não-agrícola, podendo os produtos e serviços produzidos pelas mesmas terem um caráter mercadológico (ser vendida ou comprada através de transações monetárias - comercialização) ou não mercadológico (ser autoconsumida ou trocada).

A lógica reprodutiva dos agricultores pode ser organizada através da obtenção de um fluxo de renda que pode ocorrer por meio de 02 (dois) caminhos: *via obtenção de renda monetária* e *via obtenção de renda não-monetária*. No caso do recebimento *via obtenção de renda monetária*, esta decorre do recebimento de valores monetários (dinheiro) que são oriundos de transações comerciais entre dois agentes econômicos (vendedor e consumidor), ou seja, através da comercialização. Já no caso do recebimento *via obtenção de renda não-monetária*, essa é resultado não do recebimento de valores monetários (dinheiro), mas dos valores poupados pelo não gasto de recursos financeiros para a obtenção de algum produto ou serviço necessário ao manejo das atividades produtivas agrícolas e/ou não-agrícolas e produto agrícola e/ou não-agrícola consumidos pela família rural.

Assim, o ambiente rural brasileiro, cada vez mais, vem proporcionando que os agricultores recebam rendas advindas das atividades não-agrícolas sem que haja um prejuízo sobre a obtenção de rendas agrícolas (MALUF, 2009). Maluf (2002, p. 241) discorre que

[...] No que se refere as famílias rurais, as atividades agroalimentares constituem, ainda, importante fonte de renda, além de serem a base da maior

parte das atividades rurais não-agrícolas que desempenham. Supõe-se, aqui, que o caminho mais apropriado para desenvolver as atividades agroalimentares pelas unidades familiares rurais seria adotar a perspectiva da agregação de valor às matérias-primas agrícolas por seus próprios produtores, caso em que as questões de mercado sobressaem entre os principais determinantes do êxito deste tipo de empreendimento.

Além das rendas monetárias provenientes das atividades agrícolas, Conterato e Schneider (2005, p. 19) argumentam que “[...] Na maioria das vezes, são as atividades não-agrícolas que geram novas oportunidades de ocupação e renda, o que indica que se trata de uma estratégia de reprodução das famílias rurais e exerce influência na definição dos modos de vida das populações rurais”. Por outro lado, ocorrem os recebimentos de rendas *via obtenção de renda não-monetária*, sendo esta uma estratégia importante para o desenvolvimento socioeconômico das famílias rurais. Gazolla (2009) afirma que não destinar uma quantidade de sua produção para o autoconsumo, leva os agricultores a uma situação de vulnerabilidade além de gerar graves problemas à reprodução socioeconômica das famílias rurais. Gazolla (2009, p. 91) finaliza sua análise sobre o autoconsumo alimentar expondo que

[...] os produtos para autoconsumo são fundamentais para as unidades familiares porque propiciam alternativas entre consumo e venda e permitem ao agricultor familiar um maior domínio e autonomia para fazer frente à mercantilização do processo produtivo e do próprio consumo de alimentos. Além disso, facultam ao agricultor familiar maior segurança, pois à medida que obtiver os alimentos estacionais necessários ao consumo da família também desfrutará da garantia de sua qualidade alimentar e nutricional.

Deste modo, a obtenção dupla de rendas, via monetária e via não-monetária, constitui-se num elemento importante para a diminuição da vulnerabilidade dos agricultores perante as oscilações de mercado e sistêmicas, uma vez que estes podem deter um *mix* diversificado e contínuo de obtenções de rendas no transcorrer do ano.

Desta maneira, enquanto a renda monetária pode ser reinvestida no sistema socioprodutivo, utilizada para a ampliação comercial e/ou utilizada para a capacitação profissional do agricultor e de sua família, a renda não-monetária contribui com a diminuição dos gastos da família rural, uma vez que a mesma detém, num grau maior ou menor, em seus sistemas socioprodutivos ou estabelecimentos rurais, os produtos agrícolas e não-agrícolas necessários a sua reprodução social, econômica e ecológica.

Nesse quadro, ainda, deve ser destacado que a renda não-monetária convertida em autoconsumo representa também valor nutricional que não pode ser encontrada enquanto opção nos grandes centros urbanos. Por isto, Maluf (2002, p. 244) explica que o desenvolvimento da produção agrícola deve ser considerado um elemento importante para a reprodução das famílias rurais em condições de vida dignas, pois “[...] Estas atividades são fontes direta de renda monetária e de alimentos para o autoconsumo [...]”.

Diante deste cenário, Wanderley (2009(a), p. 238) expõe que

[...] o que caracteriza hoje o perfil da ‘categoria socioprofissional’ dos agricultores, é a diversidade de situações, tanto quanto de estratégias adotadas; neste caso, à competência, no que se refere ao campo propriamente profissional, da produção agrícola, imposição crescente da inserção em mercados competitivos, deve-se acrescentar a necessidade frequente de que os agricultores se tornem polivalentes e pluriativos, capazes, portanto, de estender sua atuação profissional para além da produção agrícola – especialmente nas fases de transformação e comercialização dos produtos – e ampliar a renda, com atividades, agrícolas ou não, dentro ou fora do estabelecimento familiar [...].

A partir desta observação, nota-se que a lógica econômica vigente no ambiente rural – através desta nova ruralidade que está emergindo com o pós-fordismo – demanda

do agricultor novas formas de lidar com o cotidiano no qual está inserido. Desta forma, torna-se necessário que este estructure estratégias que se expressem por meio da multiplicidade de iniciativas, seja produtiva, de ocupação da força de trabalho familiar e/ou de obtenção de renda.

Neste quadro, observa-se que amplia a complexidade em torno das lógicas reprodutivas adotadas pelos agricultores que, agora, não está subscrita apenas no âmbito do desenvolvimento de atividades agrícolas, mas agora se expressa na possibilidade do desenvolvimento de atividades não-agrícolas, na múltipla ocupação da força de trabalho familiar e nas demais oportunidades econômicas que vêm sendo estruturadas a partir da economia da economia deste rural diversificado (das ruralidades).

Assim, as capacidades inovadoras das famílias rurais cada vez mais tornam-se importantes para a sua reprodução e para sua autonomia socioeconômica. Entretanto, cabe salientar, que esta autonomia não se organiza apenas através da obtenção de rendas monetárias, mas da associação da obtenção de rendas monetária e não-monetárias.

Além disso, no âmbito do desenvolvimento local sustentável, a renda, “[...] embora necessária para o desenvolvimento, é um meio e não um fim; e o bem-estar da sociedade depende de como a renda é utilizada e não apenas do seu nível” (KAGEYAMA, 2008, p. 57), isto é, no contexto da sustentabilidade, o equilíbrio entre as diversas dimensões da vida humana não se dá pela acumulação em grande quantidade de um fator reprodutivo (econômico, social, ecológico, cultural, por exemplo), mas no crescimento equitativo dos diversos fatores reprodutivos de uma maneira que um não inviabilize ou deteriore as oportunidades de desenvolvimento do outro.

Assim, percebe-se que a pluriatividade contribui ou incentiva que os estabelecimentos rurais desenvolvam sistemas socioprodutivos que se organizam a partir da diversificação de atividades agrícolas e/ou não-agrícolas (que sejam pluri-produtivas). Neste sentido, pode-se afirmar que

[...] a pluriatividade contribui consideravelmente para o aumento da renda familiar. A pluriatividade apresenta-se, portanto, não apenas como uma estratégia de diversificação das fontes de renda, mas também permite que as famílias que combinam rendimentos agrícolas e não-agrícolas alcancem uma renda total mais elevada que aquelas exclusivamente dependentes da renda obtida das atividades agrícolas (SCHNEIDER *et al*, 2009, p. 154).

Alentejano (2001), verificou que a diversificação de atividades em dois assentamentos rurais no Rio de Janeiro foi essencial para a complementação de renda e que a pluriatividade acabou por proporcionar melhores condições de vida às famílias rurais ali assentadas. Entretanto, Schneider *et al* (2009, p. 162) não detectaram apenas que a renda obtida pelas famílias pluriativas tendem a ser maiores, mas verificaram que

[...] além de aumentar a renda, a pluriatividade permite estabilizar e diversificar as fontes de ganhos, sobretudo, através do acesso a rendas não-agrícolas. A diversificação dos rendimentos permite maior segurança às famílias porque reduz a vulnerabilidade diante de riscos edáficos-climáticos e outros. Apesar da maior proporção de famílias com rendas mais altas serem as pluriativas, não foi possível observar diferenças significativas no que se refere aos indicadores de qualidade de vida, bem como satisfação com o meio rural, perspectivas de futuro, dentre outros aspectos, em relação aos monoativos.

Sendo assim, observa-se que as transformações que estão ocorrendo no ambiente rural estão possibilitando a construção de um ambiente socioeconômico plural e que, pelo que se observou, vêm proporcionando às famílias rurais novas oportunidades produtivas e de obtenção de renda que estão permitindo a estas famílias melhores condições de vida e a possibilidade de permanência no rural, seja dedicando seu tempo ao desenvolvimento de atividades agrícolas como não-agrícola ou de forma conjunta (dedica parte do tempo à prática produtiva agrícola e a não-agrícola).

O sistema socioprodutivo agroecológico e a pluriatividade, neste cenário, detêm papel fundamental, pois são estas lógicas produtivas que disponibilizam os mecanismos, o instrumental e os elementos produtivos necessários à inserção das famílias rurais na economia local do ambiente rural, ora reconfiguradas e geradoras de oportunidades socioeconômicas a serem exploradas, mas que demandam visão empreendedora e capacidade inovadora dos agentes econômicos que pleiteiam adentrar e buscam se consolidar nesta nova dinâmica produtiva que está se estruturando no rural.

4. As Mulheres Rurais integrantes da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’

Para uma melhor compreensão da realidade debatida no trabalho é importante salientar que em 2007 trinta mulheres registraram a Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ com apoio da Centro Dom José Brandão de Castro (CDBJ). A ONG Dom Helder Câmara também contribuiu para o fortalecimento da Associação de Mulheres, principalmente através de projetos ligados a o manejo e produção agropecuária ecológica no bioma da Caatinga, que proporcionaram uma maior diversificação produtiva e melhor convivência com o semiárido.

Atualmente, a Associação de Mulheres é composta por 17 associadas e contam com o trabalho de 7 estagiários (fruto de um convênio da Associação com o Colégio Agrícola, sendo 6 mulheres e um homem) e exercem diversas atividades agrícolas e não agrícolas, observando os preceitos da agroecologia.

Esta organização coletiva das agricultoras familiares se caracteriza como um empreendimento solidário. Neste âmbito, Faria e Faria (2006, p. 111) trazem o conceito de “[...] Economia Solidária, entendido como um modo de produção e distribuição que se caracteriza por empreendimentos coletivos [...]”. Portanto, a ideia de economia solidária reflete um modo solidário de produção e comercialização.

Observa-se, também, que o modo de vida camponês contempla a estratégia agroecológica, que segundo Guzmán (2009, p. 29) “[...] desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implantação de sistemas de agricultura alternativa potenciadores da biodiversidade ecológica e sociocultural”.

Verifica-se assim, que os pressupostos da economia solidária estão inseridos na lógica reprodutiva da agroecologia, ao ponto de serem considerados elementos essenciais para a reprodução socioeconômica dos estabelecimentos rurais, conseqüentemente para os agricultores e agricultoras, inseridos no sistema produtivo agroecológico, uma vez que, atuando de forma isolada tendem a terem dificuldades comerciais. Portanto, no âmbito da agroecologia a cooperação, a solidariedade, a reciprocidade, a democracia, a participação, o igualitarismo, a autossustentação, a responsabilidade social e ecológica com o local e com a sociedade local são tão importantes quanto os retornos econômicos que podem ser gerados, sendo considerados elementos estruturantes deste sistema (BRANDÃO; BORGES; BARBOSA, 2016, p.175).

4.1. Caracterização das integrantes da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’

Com a finalidade de caracterizar as integrantes da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ que foram entrevistadas durante a pesquisa de campo, em abril de 2018, foi realizada análise das fichas cadastrais das 8 associadas entrevistadas.

Percebe-se que o grupo de mulheres entrevistadas tem diferentes trajetórias na Associação e um perfil heterogêneo, 6 entrevistadas integram a Associação desde a sua fundação, uma ingressou em 2011 e outra em 2012, a grande maioria das mulheres

associadas são sertanejas, sendo apenas uma nascida no litoral (em Aracajú, capital de Sergipe), 7 associadas residem no município de Porto da Folha, Sergipe, e atualmente uma está morando próximo a capital do Estado para cursar faculdade. As associadas apresentam faixa etária que varia entre 24 e 68 anos, uma é solteira e as demais são casadas ou viúvas, o número de filhos varia de 0 a 5 filhos por mulher.

Um dado que chama a atenção é que nenhuma das mulheres Associadas é analfabeta, sendo que das 8 entrevistadas uma tem ensino superior completo, outra está cursando faculdade, 3 tem o ensino médio completo, uma tem o ensino fundamental e 2 são alfabetizadas. Dentre as entrevistadas 6 mulheres se reconhecem como agricultoras, uma é servidora pública e outra estudante, mas elas também se percebem ocupando-se nas atividades da Associação, nos movimentos sociais, como donas de casa ou como aposentadas.

Sobre a propriedade rural das mulheres, uma associada tem posse da terra, 5 entrevistadas tem a posse da terra em conjunto com o marido, uma é servidora pública e só trabalha nas terras da Associação e outra que é solteira produz na residência onde mora com os pais (quintal produtivo). Percebe-se assim, que as mulheres têm acesso ao meio de produção, visto que a posse da terra pertence à família.

Observa-se que os estabelecimentos rurais das entrevistadas tem área muito pequenas, visto que 2 propriedades tem 90 e 95 tarefas, uma tem 30 tarefas e as demais detêm 16, 10 e 5 tarefas e um quintal produtivo. A mão de obra utilizada no trabalho da terra é familiar, visto que nas fichas cadastrais das associadas não consta que há mão de obra contratada, exceto uma entrevistada que contrata mão de obra uma vez por ano, para arar a terra e plantar palma.

Estes dados apontam para a caracterização dos estabelecimentos rurais estudados como pequenas produtoras familiares (camponeses pobres), com área total menor do que 10 hectares (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1990). Paulilo (2016, p. 379) observa ainda que “[...] é camponesa a mulher que cultiva sem agrotóxico, [...] a mulher que faz resgate de sementes crioulas e busca produzir grande parte dos alimentos consumidos na propriedade [...]”

Neste contexto, Luzineide Carvalho (2012, p. 135) observa que, os estabelecimentos rurais familiares situados no Semiárido Brasileiro apresentam “[...] pouca disponibilidade de terra, limitado acesso a água e com restrito acesso aos benefícios das políticas públicas, a agricultura familiar tem sido historicamente mantida em uma situação de grande vulnerabilidade social”.

Pelos dados expostos observa-se as associadas estudadas caracterizam-se como agricultoras camponesas de origem sertaneja onde destacamos a escolaridade das associadas e que a família detêm a posse dos pequenos estabelecimentos rurais. Assim, verifica-se a importância de conhecer as formas reprodução das famílias rurais sertanejas

4.2. Experiências de reprodução socioeconômica das famílias das mulheres rurais inseridas na Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’

Destaca-se que as associadas se caracterizam como agricultoras camponesas, que estão inseridas em um contexto de organização social coletiva que optou pelo sistema produtivo agroecológico. É neste contexto, da Caatinga, que procuramos conhecer as experiências de 8 mulheres que são integrantes da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ com o objetivo de compreender a lógica de reprodução adotada por estas famílias rurais do Alto Sertão de Sergipe.

Assim, diante das restrições impostas pelas condições endofoclimáticas locais é importante compreender que “Infelizmente, a agricultura é um usuário tão pródigo de água que, em muitas áreas onde há irrigação para fins agrícolas, tem efeito significativo

na hidrografia regional”, segundo Gliessman (2008, p. 38). Logo, é primordial um adequado manejo dos recursos hídricos, principalmente para estas áreas que apresentam restrições ecológicas, sendo necessário o desenvolvimento de práticas agrícolas que permitam uma melhor convivência com o Semiárido.

Portanto, observa-se o sistema agroecológico como uma alternativa, pois segundo Altieri (2004, p. 36) o manejo agroecológico não transforma radicalmente o ecossistema camponês, mas estas práticas podem otimizar os estabelecimentos rurais, além de conduzirem para maiores níveis de participação, como é o caso das mulheres estudadas, sendo que “A abordagem agroecológica é também mais sensível às complexidades dos sistemas agrícolas locais. Nela, os critérios de desempenho incluem não só uma produção crescente, mas também propriedades como sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação de recursos e equidade”.

Para compreender a lógica adotada pelas famílias rurais sertanejas sergipanas para sua reprodução social, produtiva e econômica é importante conhecer a produção agrícola das mulheres associadas, expostas na tabela abaixo.

Tabela 1: Produção Agrícola das Agricultoras da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’, em Porto da Folha, 2015.

Entrevistadas	Área da propriedade	QUANTIDADE DE TIPOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS								Número de Variedades
		Olerícolas	Frutas	Grãos	Plantas Medicinais	Sementes	Flores	Mel	Produtos de Origem Animal	
A	30 tarefas	7	4	3	0	2	3	1	0	20
B	10 tarefas	9	35	3	30	50-100	muitas	1	4	162
C	90 tarefas	11	10	5	3	12	0	1	1	43
E	Associação	0	5	2	2	0	0	0	2	11
F	16 tarefas	1	4	3	2	2	2	0	0	14
J	95 tarefas	5	0	2	2	4	0	1	0	14
K	5 tarefas	7	1	5	6	8	1	0	1	29
L	25 m ²	4	3	0	1	2	0	0	1	11

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Nota: (1) Para a ‘Entrevistada B’ - considerou-se 70 tipos de sementes e 10 tipos de flores; (2) A ‘Entrevistada E’ é Servidora pública e só cultiva na área da Associação; e (3) A produção da ‘Entrevistada L’ é realizada no quintal da casa dos pais (Quintal produtivo).

Pelos dados apresentados podemos observar que a quantidade de produtos agrícolas cultivados pelas associadas varia entre 11 e 162 tipos, apresentando então uma média de 38 diferentes variedades produzidas por cada agricultora. Nota-se que as duas entrevistadas que informam produzir a menor quantidade de variedades não têm propriedade rural, visto que uma delas só produz na área da Associação e a outra mora na casa dos pais e a produção é realizada no quintal de casa, mas observa-se que o tamanho da área de produção não determina a diversidade produtiva das agricultoras, onde destacamos que a agricultora ‘B’ cultiva 162 tipos de produtos agrícolas em uma área de apenas 10 tarefas, sendo que a maior área de produção é da entrevistada ‘J’ que produz 14 variedades em 95 tarefas.

Destacamos aqui o papel das mulheres enquanto guardiã das sementes crioulas, onde destacamos que a entrevistada ‘B’ informa que tem entre 50 e 100 tipos diferentes de sementes. Apontamos para o papel das frutas e das ervas medicinais para as famílias rurais do Semiárido. Observa-se, ainda, que metade das mulheres entrevistadas produz mel e 3 agricultoras tem maior diversidade no número de olerícolas produzidas.

Nessa perspectiva, os grupos de mulheres têm acumulado recursos potenciais para a disseminação de práticas agroecológicas, somadas às reflexões de gênero na sociedade e no campo da atividade agrícola. [...] Uma das práticas expressivas do enredamento desses múltiplos princípios de organização social e valorização das ações das mulheres consolida-se na reprodução de sementes de hortaliças [...] (HENN, 2013, p. 74).

Uma importante constatação é de que todas as mulheres entrevistadas apontam que a produção é consumida pela família, o que reforça a importância da agricultura das mulheres para a subsistência, assim como, para a segurança alimentar nutricional das famílias rurais. Com exceção da produção das flores e do mel, os demais produtos chegam a ser destinados exclusivamente para o autoconsumo das famílias

Analisou-se que as agricultoras não têm o hábito de trocar a produção, visto que apenas 2 entrevistadas informaram que fazem trocas e uma delas relatou ter o hábito de trocar apenas grãos com outras agricultoras. Uma associada informou que doa 50% da produção de frutas.

Sobre o escoamento da produção agrícola, observa-se que o excedente da produção é comercializado, principalmente, no mercado local, seja na casa das agricultoras (chegando a ser diariamente) e também porta-a-porta no povoado de Lagos da Volta (semanalmente), ou semestralmente em feiras e no mercado, como foi informado por duas das associadas. Em 2015, 3 das 8 mulheres entrevistadas informaram ter certificação orgânica da produção, por meio da Organização de Controle Social (OCS).

4.3. Produção não-agrícola das integrantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”

Diversos estudiosos da agricultura familiar e campesina observam o agricultor como um profissional polivalente que acaba por assumir múltiplas e distintas tarefas simultaneamente. Assim, de acordo com o modo de vida das famílias rurais, os agricultores e agricultoras camponeses exercem atividades não-agrícolas, ao tempo em que o manejo destas diversas atividades acaba por proporcionar uma maior resiliência e menor dependência às famílias camponesas (BARBOSA, 2013; BRANDENBURG, 1999; WANDERLEY, 2009; WANDERLEY, 2010).

Assim, é importante observar quais são as atividades não-agrícolas desenvolvidas pelas agricultoras sertanejas integrantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, conforme apresento na tabela abaixo.

Tabela 2: Produção Não-Agrícola das Agricultoras da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, em Porto da Folha, 2015.

Entrevistadas	QUANTIDADE DE TIPOS DE PRODUTOS NÃO AGRÍCOLAS									
	Agroindustrializados	Beneficiados	Serviços Ambientais	Artesanato	Turismo Pedagógico	Insumo para Produção	Fitoterápico	Biocombustíveis	Produtos Florestais	outros
A	4					2				
B	1		4	1	1	2	6	1	1	
C	2		1		1	1	1		1	
E						1				
F	3	1				1				
J	3					2	2			
K		6			1	2				
L						1				

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Pelos dados apresentados destaca-se que todas as associadas entrevistadas produzem pelo menos um tipo de insumo que é utilizado pelas mulheres na produção agropecuária da propriedade. Esta prática colabora com a sustentabilidade do sistema produtivo de base agroecológica, tanto no âmbito ecológico como econômico. Neste sentido, Gliessman (2008, p. 55) sugere que uma agricultura sustentável “[...] dependeria, principalmente, de recursos de dentro de agroecossistema, incluindo comunidades próximas, ao substituir insumos externos por ciclagem de nutrientes, melhor conservação e uma base ampliada de conhecimento ecológico”. Assim, como “A ênfase nos recursos locais disponíveis diminui os custos de produção, viabilizando economicamente as tecnologias agroecológicas [...]” (ALTIERI, 2004, p.37).

Observa-se que a maior parte das mulheres, 6 das 8 entrevistadas, produzem algum tipo de produto agroindustrializado ou beneficiado. Neste sentido a literatura observa esta prática como uma estratégia de desenvolvimento, pois promove “[...] a geração de renda – e trabalho – através do planejamento de tecnologias apropriadas que aumentem o valor agregado do que é produzido dentro das pequenas propriedades, particularmente na área de processamento de alimentos” (ALTIERI, 2004, p. 103).

Um hábito das associadas é a trocas de serviços por meio de mutirão, conforme observado durante a vivência com as integrantes da Associação e, também, mencionada por 6 entrevistadas. Nota-se, também, a incidência da produção de fitoterápicos e do turismo pedagógico, apontados por 3 agricultoras entrevistadas, ao tempo em que as atividades de ecoturismo e outras energias alternativas não foram citados pelas entrevistadas.

Analizou-se que as agricultoras também não têm o hábito de trocar a produção não-agrícola, mas 3 entrevistadas informaram que fazem trocas, sendo que duas trocam insumos produtivos, sendo que uma destas também troca fitoterápicos e outra relatou que troca produtos florestais.

Percebe-se que estes produtos não-agrícolas geram renda não-monetária à medida que não é necessário o desembolso de valores em espécie para a contratação de mão de obra, ou para a aquisição de insumos, visto que a produção de húmus e fertilizantes, assim como, os serviços ambientais acabam por contribuir para a melhoria da produção agrícola. Entende-se que a utilização do biodigestor e o emprego do ecofogão, como energias alternativas, também estão atrelados à opção de gerir um sistema reprodutivo de base agroecológica, o que vem a colaborar com a sustentabilidade desse sistema socio-reprodutivo, que foi adotado pelas mulheres, neste cenário de semiaridez do rural sergipano (BRANDÃO; BORGES; BARBOSA, 2016, p.175).

No que tange a produção não-agrícola, mais uma vez, destaca-se o alto percentual de produtos consumidos pelas famílias rurais. Sendo que o percentual da produção destinada ao alto consumo das famílias varia entre 50% e 100% da quantidade de itens produzidos, no entanto a entrevistada ‘J’ não informou sobre o autoconsumo da produção não-agrícola. No que se refere a comercialização, metade das entrevistadas não informou sobre o local ou a frequência da comercialização dos produtos não-agrícolas. Entretanto, 4 associadas entrevistadas informaram que os canais de comercialização utilizados são: (i) eventualmente nos encontros que as mulheres participam ou (ii) na casa ou na propriedade das agricultoras, onde são comercializados semanalmente, mensalmente ou por encomenda.

4.4. Composição da Renda das Mulheres Associadas

A obtenção de renda é um tema importantíssimo para a autonomia das mulheres. Trabalhos empíricos recentes evidenciaram o modo como o respeito e a consideração pelo bem-estar das mulheres são acentuadamente influenciados por variáveis como o potencial das mulheres para auferir uma renda independente, encontrar emprego fora de casa, ter direitos de propriedade, ser alfabetizadas e participar como pessoas instruídas nas decisões dentro e fora da família. [...] (SEM, 2000, p.222)

Assim, esta pesquisa procurou compreender a contribuição da produção agrícola e não-agrícola na composição da renda das famílias das Agricultoras da Associação de Mulheres que foram entrevistadas.

Sobre a composição da renda monetária, 2 agricultoras entrevistadas informaram que a produção agrícola contribui com 70% e 90% da renda monetária da família, respectivamente. Por outro lado, as demais entrevistadas informaram que os produtos agrícolas contribuem com até 30% da renda monetária obtida pela família. Para 2 entrevistadas a renda monetária advinda dos produtos não-agrícola é maior do que o percentual da produção agrícola, sendo que a contribuição da produção não-agrícola na renda familiar das associadas não ultrapassa 50%.

Destaca-se, ainda, a importância da renda não monetária para as famílias rurais sertanejas, advinda, principalmente, do autoconsumo da produção agrícola, pois nota-se que a participação da produção agrícola no autoconsumo das famílias rurais estudadas varia de 5% a 90% da composição da renda obtida pela família, sendo que para a metade das entrevistadas este percentual é de pelo menos 50%.

Neste contexto, é importante salientar a exposição de Bergamasco e Almeida (2009, P. 91-92) sobre segurança alimentar

A construção social de baixo para cima com o foco na inclusão social é o processo mais importante e inovador de tais redes organizadas localmente. Esses aspectos assumem especial importância quando se pretende focar lugares (municípios ou regiões) que possam alcançar a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, se adaptar ao intenso processo competitivo dos fluxos agroindustriais globalizados sem abandonar o foco da equidade social. A inclusão social pode atingir esses ambientes de produção agrícola e alimentar e se tornar um dos eixos fundamentais de um programa de segurança alimentar, pois é nos municípios agrícolas e agroindustriais que existe a possibilidade do envolvimento de pequenos agricultores em situações de marginalização dos mercados tradicionais e de trabalhadores em situações de precarização profissional e social. Assim, a prioridade da segurança alimentar não recai apenas na demanda (como a alimentação adequada para a criança, o idoso, os doentes etc.), devendo alcançar também a oferta (as novas possibilidades de venda dos alimentos de pequenos agricultores e fabricantes de alimentos do município ou região). Desta forma, um programa de segurança alimentar pode potencializar o desenvolvimento local com inclusão social.

Portanto, a lógica reprodutiva das mulheres estudadas acaba por possibilitar a obtenção de renda e conforme exposto “[...] as associadas tendem a assumir o papel de protagonistas no que se refere à reprodução socioproductiva das famílias rurais, contribuindo diretamente com a renda familiar e para a segurança alimentar das famílias do semiárido sergipano” (BRANDÃO; BORGES; BARBOSA, 2016, p.179).

5. Considerações finais

Assim, pelo exposto nota-se, que apesar das limitações apresentadas pelas associadas (pequenas propriedades, condições endofoclimáticas e ecológicas desfavoráveis, dificuldades no acesso à água entre outras) estas organizaram lógicas reprodutivas socioeconômicas que lhes geram níveis satisfatórios de qualidade de vida. Estas lógicas, possuem como elemento estruturador a prática das atividades agrícolas, contudo, sendo complementadas pelo desenvolvimento de atividades não-agrícolas.

Isto possibilitou formas diferenciadas e importantes para a obtenção de renda, a partir de fluxos contínuos de obtenção de rendas monetárias (por meio da venda de produtos e serviços) e não-monetárias (principalmente por meio do autoconsumo dos produtos e serviços). Finalmente, se destacam como elementos-chaves, para a organização das lógicas reprodutivas socioeconômicas, a organização social das mulheres em torno da questão de gênero e o desenvolvimento de sistemas de produção agropecuário e agroindustrial alicerçados nos princípios da agroecologia.

Portanto, ao se analisar a lógica adotada pelas famílias rurais sertanejas sergipanas, associadas a Associação das Mulheres 'Resgatando Sua História', para sua reprodução socioeconômica, percebe-se que as mesmas organizaram uma lógica reprodutiva social, produtiva e econômica alicerçada nos princípios da agroecologia, uma vez que tem como premissa a observância das limitantes existentes na Região do semiárido Sergipano, bem como, das singularidades existentes nos territórios de vida destas agricultoras. Além disso, esta lógica incentiva a diversificação produtiva e de formas de obtenção de renda que propicie um ambiente favorável a geração do bem-estar das famílias rurais das agricultoras sertanejas associadas a Associação das Mulheres 'Resgatando Sua História'.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 149-178.
- ALIER, Joan Martínez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. da FURB, 1998.
- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALMEIDA, Sílvio Gomes de *et al.* Caminhos da inclusão social no Agreste da Paraíba. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v 5, n 4, dez./2008, p. 18-22.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável** – 4. ed. –Porto alegre: editora da UFRGS, 2004.
- BARBOSA, Luciano Celso Brandão Guerreiro. **A Pluriatividade na Agroecologia como uma Alternativa de Desenvolvimento para o Ambiente Rural**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, 2013.
- BERGAMASCO, Sonia Maria P.P. Bergamasco; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo. **Agroindústrias Rurais e Segurança Alimentar: Um Novo Modelo de**

Desenvolvimento nos Assentamentos? **Retratos de Assentamentos**. n. 12, P. 89-108, 2009.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (orgs). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2009, p. 71-110.

BRANDÃO, Tatiana Frey Biehl; BORGES, Janice Rodrigues Placeres; BARBOSA, Luciano Celso Brandão Guerreiro. O protagonismo feminino: um caso de convivência sustentável com o Semiárido nordestino no Brasil. **Sustentabilidade em Debate - Brasília**, v. 7, Edição Especial, p. 169-181, dez/2016.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: UFPR, 1999.

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In LUIZ, Roberto José Moreira; COSTA, Flávio de Carvalho (orgs). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 223-240.

CARVALHO, Luzineide Dourado. O lugar da pequena propriedade na organização do espaço agrário do Semi-Árido brasileiro e a sustentabilidade da agricultura familiar pela convivência. In LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; COSTA, José Eloízio da (orgs.). **Territórios rurais e agricultura familiar no Nordeste**. São Cristóvão, SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2009, p. 69-102.

_____. **Natureza, território e convivência: novas territorialidades no semiárido brasileiro**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012.

CARVALHO, Paulo Pedro de. A convivência com o semiárido como estratégia para o combate à desertificação: uma experiência no Sertão do Araripe. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v 9,n 3, dez./2012, p. 17-22.

CONTERATO, Marcelo Antonio; SCHNEIDER, Sérgio. Tipos de pluriatividade na agricultura familiar e desenvolvimento rural. In **XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia**, Ribeirão Preto, São Paulo: 2005 (24 a 27 de julho), p. 01-22. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/2/643.pdf>>. Acessado em 10 e junho de 2011.

FARIA, J. H. de; FARIA, J. R. Poder e controle em organizações solidárias. In: PIMENTA, S. M., SARAIVA, L. A. S.; CORRÊA, M. L. (Orgs.). *Terceiro Setor: dilemas e polêmicas*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 86-116.

GAZOLLA, Marcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 85-106.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável** 4.ed. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2008.

GUZMÁN, Eduardo S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 19-32.

HENN, Iara Aquino. Agroecologia e Relações de Gênero em Projeto Societário. In NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

INSA – Instituto Nacional do Semiárido. **Estabelecimentos agropecuários do semiárido brasileiro**. Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Semiárido Brasileiro (SIGSAB). Disponível em: <[http://www.insa.gov.br/sigsab/static/themes/v1/lib/elfinder/Arquivos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios%20do%20Semi%C3%A1rido_S%C3%ADntese%20\(2006\).pdf](http://www.insa.gov.br/sigsab/static/themes/v1/lib/elfinder/Arquivos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios%20do%20Semi%C3%A1rido_S%C3%ADntese%20(2006).pdf)>. Acessado em: 30 abr. 2015.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P.P. A ESTRUTURA DA PRODUÇÃO NO CAMPO EM 1980. **Perspectivas**, São Paulo, 12/13: 55-72, 1989/90.

MALUF, Renato S. Produto agroalimentares, agricultura multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. In. LUIZ, Roberto José Moreira; COSTA, Flávio de Carvalho (org). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 241-262.

_____. Políticas Agrícolas e de Desenvolvimento. In LEITE, Sérgio; SABAATO, Alberto (orgs.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 147-170.

MOREIRA NETO, Mariana. **Outro Sertão**: fronteiras da convivência com o Semiárido. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2013.

PAULILO, M. I. **Mulheres Rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

PEREZ-MARIN, Aldrin Martins; SANTOS, Ana Paula Silva dos (coords.). **O semiárido brasileiro**: riquezas, diversidades e saberes. Campina Grande: INSA/MCTI, 2013.

SAQUET, Marcos A. *et al.* Agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roselí A. dos (orgs.): **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 237-254.

SCHNEIDER, Sergio *et al.* A pluratividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 139-166.

SEN, A. K.. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, José Eli da; EHLERS, Eduardo. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. In. MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (orgs.). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 271-290.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Sociologia Rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **ALASRU Nueva Época**, nº 5, Revista. Noviembre, 2010. Disponível em: <<http://www.yumpu.com/es/document/view/12983661/alasru-nueva-epoca-no-5-revista-noviembre-2010>>. Acessado em 20/01/16.

_____. (org.). **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.